

# ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES PARA AQUISIÇÃO PÚBLICA



# **ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP) PARA AQUISIÇÕES PÚBLICAS**

Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, entrou em vigor no dia 1º de junho de 2020 e indica as regras e especificações para a elaboração dos estudos técnicos preliminares – ETP que passam a ser obrigatórios para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, tendo como propósito aumentar a transparência das compras públicas. Tais informações constantes na ETP serão divulgadas e abertas para consulta pública.

## O QUE É ETP

“[...] considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação. § 1º – deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no manual do Sistema ETP digital, disponível no portal de compras do governo federal, para acesso ao sistema e elaboração dos ETP.” (Art.1º IN 40)

# COMO DEVEM SER ELABORADOS

Art. 5º – Os ETP deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 6º – Os ETP serão elaborados conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.



Art. 7º – Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:

I – descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II – descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;

III – levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

IV – descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;





V – estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI – estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII – justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX – demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

X – resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

XI – providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

XII – possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento; e

XIII – posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.





§ 1º – Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 2º – Os ETP devem obrigatoriamente conter os elementos dispostos nos incisos I, IV, V, VI, VII, IX e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos do caput, apresentar as devidas justificativas no próprio documento que materializa os ETP.

§ 3º – Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos dispostos no caput que não forem estabelecidos como padrão.

§ 4º – Ao final da elaboração dos ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Manual completo do Sistema ETP digital para sua elaboração pode ser encontrado no Portal de Compras do governo federal.

# **COMO AS ENTIDADES E ÓRGÃOS INTERESSADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO INTEGRANTES DO SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS (SISG) PODEM UTILIZAR O SISTEMA**

“[...] interessados em utilizar o Sistema ETP digital de que trata esta Instrução Normativa poderão celebrar Termo de Acesso, conforme disposto na Portaria nº 355, de 9 de agosto de 2019.” (Art. 2º § 2º IN 40)



## OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 3º – No caso da contratação de obras, os ETP serão elaborados de acordo com esta Instrução Normativa, exceto quando lei ou regulamentação específica dispuser de forma diversa.

Art. 4º – Os ETP para as contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação deverão observar as regras específicas do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – Sisp

# RESSALVAS SOBRE SUA ELABORAÇÃO

Art. 8º – A elaboração dos ETP:

I – é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; (para obras e serviços de engenharia de valor até 10%, para outros serviços e compras de valor até 10%, nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, nos casos de emergência ou de calamidade pública e na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual)

II – é dispensada nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada.



A IN 40/2020 pode ser encontrada na íntegra **clicando aqui** ou em <https://bit.ly/in40-2020>

2020 © Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
de São Paulo – SEBRAE-SP  
Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação,  
no todo ou em parte, constitui violação dos direitos  
autorais (Lei nº 9.610)

**Presidente do Conselho Deliberativo**

Tirso de Salles Meirelles

**Diretor-Superintendente**

Wilson Martins Poit

**Diretor Técnico**

Ivan Hussni

**Diretor de Administração e Finanças**

Guilherme Campos Júnior

**Unidade Políticas Públicas e Relações Institucionais**

Gerente: Beatriz Gusmão Sanches Pereira

*Equipe técnica*

Camila Patricio

Fabiola do Prado Molan

Manuela Correia Botelho Colombo

Sandy Xavier Cabral

**Unidade Marketing e Comunicação**

Gerente: Mariana Ribas

*Apoio Técnico*

Douglas da Rocha Yoshida

Roberto Capisano Filho

Versão: jun. 2020



*A força do empreendedor brasileiro*

*0800 570 0800 / [www.sebraesp.com.br](http://www.sebraesp.com.br)*